

PROBLEMAS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO NO ESPÍRITO SANTO (*)

ERNST STRUCK (**)

Geographisches Institut, Universität Passau - RFA

Abstract - In Brazil the accelerated process of urbanization and metropolization represents a serious problem. In the case of the State of Espírito Santo the control of the expansion of the metropolitan area, and of its dominance over the entire State, should be fostered by means of promoting policies for homogeneous development of the municipalities. This could reduce the enormous inequality between the main city and the periphery thus allowing a better economic equilibrium and social welfare.

RESUMO - Os processos de urbanização e metropolização representam um sério problema brasileiro. Para o caso específico do Estado do Espírito Santo seria fundamental inibir a expansão exagerada da área metropolitana e seu domínio sobre todo o Estado, incentivando o desenvolvimento homogêneo dos municípios. Isto por sua vez permitirá reduzir a enorme desigualdade entre a capital e a periferia criando um melhor equilíbrio social e econômico.

INTRODUÇÃO

O percentual de acréscimo populacional na região da Grande Vitória é extremamente elevado. Entre 1970 e 1980 chegou a superar, com um índice de 5,6%, o crescimento populacional de grandes regiões metropolitanas como Rio de Janeiro (2,5%), São Paulo (4,5%) ou Belo Horizonte (4,4%). No município da Serra, neste mesmo período, o acréscimo populacional foi de 16,8% anuais. Apesar da Grande Vitória, com seus 706.138 habitantes (1980), não ter ainda alcançado, sob o ponto de vista populacional, a categoria de grande metrópole, já viviam ali, em 1980, 35% da população do Estado, podendo-se notar na capital, já naquela época, os fenômenos mais marcantes da centralização econômica e social, o chamado processo de metropolização. As conseqüências deste acelerado crescimento populacional, como em outros grandes centros brasileiros, não poderão ser controladas ou superadas

mediante a atual disponibilidade de recursos financeiros. Surge então a dúvida até quando será possível controlar as conseqüências deste crescimento, em caso de persistência do mesmo. O objetivo deste trabalho é o de apresentar algumas idéias capazes de reverter o processo de concentração populacional e econômica visando um desenvolvimento mais harmonioso e integrado de toda a região metropolitana e do Estado.

CONSIDERAÇÕES PARA UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO.

O enorme crescimento populacional registrado não é de forma alguma um fenômeno natural, mas sim resultado de fatores internos e externos, tais como fatores históricos, políticos, econômicos e geográficos. Um fator básico se encontra na divisão de terras na época do Brasil colônia, caracterizada pela concentração populacional na região litorânea e conseqüentemente na

* Notas preliminares sobre pesquisa realizada no Estado do Espírito Santo.

** Tradução de Mônica Zennig Potz. Revisão e adaptação por Dieter Muehe

concentração, também nesta área, dos poderes militar, econômico e político. Assim sendo, podemos afirmar que encontramos na história a causa da enorme desigualdade existente até hoje entre o centro e a periferia. Foi partindo do centro que a urbanização e a exploração das regiões periféricas foram planejadas e organizadas. A rede de infraestrutura surgiu em forma radial circundando a capital, de modo que toda a circulação de informações, bens e população só era possível através de Vitória. Por conseguinte criaram-se em Vitória as condições para a instalação das primeiras indústrias, que puderam se beneficiar da existência de um mercado diversificado e de uma posição privilegiada próxima ao poder político. Ali as companhias nacionais e multinacionais encontraram condições ideais para seu desenvolvimento. O interior, ou seja a periferia quando visto em relação à capital, não possuía meios próprios para dar início ao processo de urbanização, sendo necessário para tanto a criação de projetos agrários contando com o imigrante. Seus produtos eram transferidos para centros rurais maiores, como Santa Leopoldina, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, sendo de lá enviados para a capital. Estes centros rurais se desenvolveram, tornando-se importantes centros adjacentes, com exceção de Santa Leopoldina, que perdeu sua função assim que surgiu a primeira estrada.

A divisão territorial histórica não foi ainda totalmente superada: o desenvolvimento do centro e do interior foi e continua intercalado num processo circular. Todos os recursos provenientes da periferia são canalizados para a metrópole. Os investimentos se dirigem quase que exclusivamente para a capital e não para a zona rural. Este processo, agravado com o subdesenvolvimento da periferia e o maior desenvolvimento da região metropolitana, com seu mercado de trabalho no funcionalismo público e nas indústrias, contribui em muito para incentivar a migração populacional da zona rural. O rápido desenvolvimento da zona industrial da Grande Vitória, favorecida com a exportação através dos portos, principalmente o de Tubarão, e a expansão do mercado de trabalho em outros setores da economia,

levando a significativos investimentos públicos, vem causando os grandes problemas sociais da região metropolitana. A infra-estrutura técnica da região não consegue acompanhar o desenvolvimento, e o nível de vida (habitação, transporte, saneamento, meio ambiente) para grande parte da população tende a decair.

A ampliação da área metropolitana leva à destruição das áreas de preservação da natureza e aumenta o índice de poluição em geral (Martins Filho, 1987). A industrialização em área restrita é incentivada - está em fase de planejamento a ampliação do Centro Industrial de Vitória (CIVIT). O potencial econômico do Espírito Santo deverá ser ampliado. O agravamento dos problemas da região já se torna público através de artigos em jornais e revistas (veja suplemento especial do jornal "A Gazeta" de 18.9.87). Faz-se necessária a busca de melhores técnicas de desenvolvimento econômico.

Nos mapas de densidade demográfica (fig. 1) e de cadastro industrial (fig. 2), percebe-se nitidamente a concentração populacional e de mercado industrial do litoral capixaba. Davidovich (1986) denomina este aspecto de típica "litoralização" brasileira. O mapa entretanto apenas mostra a densidade industrial. Se levarmos em conta as muitas indústrias, com alto índice de trabalhadores, localizadas no litoral, o contraste entre o centro e o interior se tornaria ainda mais evidente.

Para manter suportáveis as condições de vida na Grande Vitória torna-se necessário o combate à destruição do meio ambiente, à criminalidade e às favelas. Para tanto deveria se dar início à luta contra as desigualdades regionais. Para isto algumas medidas poderiam ser tomadas. Por exemplo, intensificar o desenvolvimento da periferia, o que aliviaria a zona metropolitana. A periferia deve tornar-se atrativa às pessoas e à economia. Uma condição para isto é dividir a região em áreas de utilização específica de acordo com o potencial e qualificação de cada área. Por exemplo uma área de reserva ecológica/turismo, como é o caso de uma restinga ou o que ainda resta da Mata Atlântica, poderia simultaneamente constituir uma reserva ecológica e uma área de lazer ou

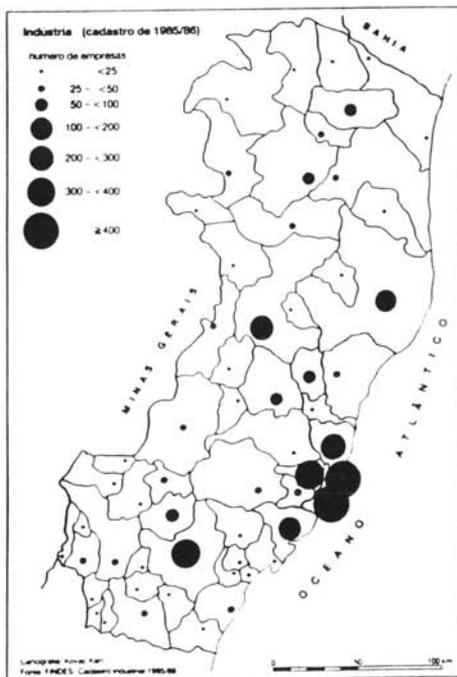


Fig. 1 Distribuição espacial de estabelecimentos industriais.

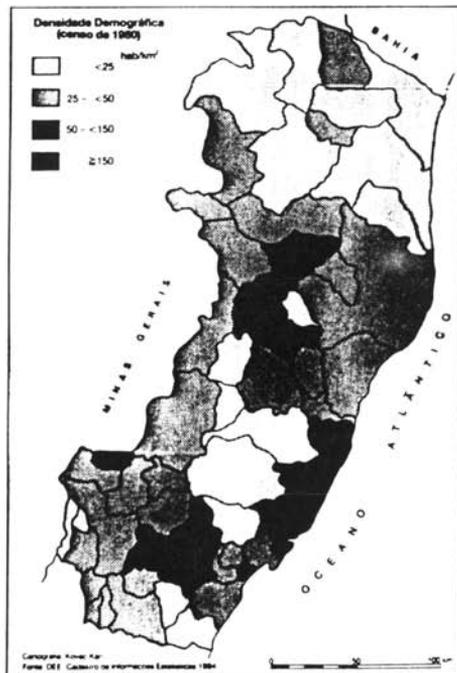


Fig. 2 - Densidade demográfica

ponto turístico. Tais atividades seriam restritas a áreas previamente delimitadas

A atividade turística, neste caso, significaria um impulso econômico adicional e maior possibilidade de desenvolvimento na área periférica. Outras áreas podem ser citadas, como aquelas apropriadas à instalação de indústrias ou de serviços sociais e públicos. Com isto se iniciaria uma descentralização das atividades econômicas. Importante condição para tanto é o desenvolvimento da rede de comunicações, favorecida principalmente pela notável ampliação do número de estradas nos últimos anos, tornando os diversos municípios de fácil acesso. O transporte de mercadorias e volumes, mesmo para regiões mais distantes, pode ser efetuado com rapidez e sem problemas. Atualmente, todavia, seria possível evitar o retrocesso ou mesmo a estagnação

das indústrias em muitos municípios periféricos através de métodos apropriados. Enquanto na região da Grande Vitória o número de empresas, entre 1972 e 1985, aumentou em 300%, totalizando 1.824 estabelecimentos (cadastro industrial), em Baixo Guandu decaiu de 53 para 45, em Conceição da Barra de 39 para 18, em Itarana de 22 para 14 e em Murici de 8 para 7. A instalação de novas empresas, ou filiais, dos mais diversos ramos geraria novos empregos, significaria um acréscimo de população e diminuiria a migração aos grandes centros. Desta forma a renda da população local teria um significativo aumento, incentivando outros setores econômicos a se estabelecerem ali.

Como dar início a um desenvolvimento deste tipo? Para isto, e como base para um planejamento regional e político, tornam-se

necessários estudos específicos, ou seja análises estruturais da área.

O projeto "desenvolvimento populacional" (Cesan: estudos populacionais para cidades, vilas e povoadamentos do E.S., Vitória 1985), dando um prognóstico do desenvolvimento populacional até o ano 2010, oferece uma base para o planejamento.

Para a delimitação das áreas úteis, que viriam a dar origem a centros adjacentes, será importante levar em consideração as necessidades da população, prevista para cada área, sob os pontos de vista econômico, social e ambiental, Tendo este estudo como base, será possível realizar o planejamento de um projeto de descentralização específica da área.

As áreas englobariam aos poucos as características de desenvolvimento já existentes nas cidades ou vilas, ampliando-as, de acordo com os potenciais existentes e a demanda sistematizada. Para o empresário, as vantagens para a instalação de empresas nestas regiões seriam: o baixo valor do terreno, a menor remuneração da mão de obra, incentivos fiscais, redução das tarifas de energia e telefone, subsídios governamentais e ampliação da linha de crédito por parte do Estado e da União. Agindo assim seria alcançada uma redução na expansão da área metropolitana e, até mesmo, a proibição da instalação, nesta área, de determinadas indústrias. A área periférica, no entanto, não deverá entrar em concorrência com a área metropolitana, mas sim trabalhar como um complemento, dando margem a um intercâmbio centro - periferia. Na área rural será necessário incentivar o beneficiamento de produtos agrícolas, indo desta forma de encontro ao planejamento agrário e ao desenvolvimento desta região. No Espírito Santo são encontradas regiões com especialização de cultivo diversificado (cafeicultura, horticultura) e áreas com predominância na criação animal (pecuária, derivados de leite, granjas, etc.).

A criação destes centros adjacentes reduziria os problemas dos grandes centros permitindo um planejamento mais efetivo, já que as áreas seriam menores, tornando-se mais fácil o reconhecimento e correção de desenvolvimentos indesejáveis. Por parte do

governo os gastos seriam menores, diminuindo em muito o valor dos recursos atualmente aplicados na expansão dos grandes centros. A proximidade entre local de trabalho e residência, por exemplo, diminuiria os problemas de trânsito, o abastecimento e a venda seriam mais fáceis de controlar e a expansão modular planejada das cidades seria favorecida, com maiores possibilidades de ampliação para o futuro.

ALGUNS EXEMPLOS DE APLICAÇÃO.

Faz parte do meu estudo histórico-geográfico, realizado no Espírito Santo, o processo de desenvolvimento de vilas e cidades. Assim sendo tive oportunidade de analisar a divisão estrutural de tres regiões distintas. Apenas através de alguns exemplos gostaria de ressaltar sob quais aspectos estas regiões poderiam vir a favorecer a Grande Vitória, e ressaltar alguns de seus próprios potenciais de desenvolvimento.

Região montanhosa

(Municípios de Afonso Cláudio, Santa Leopoldina, Santa Tereza e Itarana).

O desenvolvimento das cidades e vilas desde 1940 deu-se de forma lenta já que o acréscimo populacional manteve uma taxa de crescimento vegetativo. A função de Santa Leopoldina como centro comercial na periferia da colônia agrícola foi decaindo, dando lugar a Santa Maria de Jetibá. A região se encontra praticamente sem indústrias, sendo portanto seu mercado de trabalho bastante restrito. Apesar de apresentar uma horticultura significativa e desenvolvida, o preparo do produto para a venda ao consumidor basicamente não existe. E isto numa região em que a proximidade ao produtor tornaria a população independente da compra do produto no mercado de Vitória. A produção agrícola sofreria uma estabilização. Os excelentes meios de comunicação (estradas asfaltadas desde 1986) favorecem a instalação de modernas microempresas nesta região compreendida entre Santa Tereza - Santa Maria de Jetibá e Santa Tereza - Itarana. Devemos ressaltar também o potencial turístico da região, ainda pouco explorado,

com graves problemas de hospedagem, cuja solução está prevista apenas para daqui a alguns anos através da construção de um hotel perto de Santa Leopoldina. Os principais pontos turísticos, como o Museu do Colono em Santa Leopoldina, e o Museu Augusto Ruschi, oferecem pouca atração ao público. O primeiro por falta de maiores informações sobre a vida e a história dos colonos, e o segundo pelo abandono. Praticamente isolada desta região, a leste da histórica colônia de Santa Leopoldina, se encontra a região pouco desenvolvida entre Afonso Cláudio e Itarana. Ali todas as atividades socio-econômicas estão centralizadas na sede municipal e as poucas micro-empresas se encontram em decadência. A solução para os problemas talvez se encontre na abertura de mercado nas vilas, diminuindo assim a migração populacional e melhorando a estrutura econômica.

Região costeira

(Município de Aracruz).

A grande expansão do turismo costeiro de Vitória já chegou até Santa Cruz. Mais ao norte encontramos balneários em pleno crescimento. Este desenvolvimento no entanto me parece pouco consistente. Os loteamentos já foram traçados e em grande parte vendidas as parcelas, como por exemplo em Barra do Sahí. Porém, a poluição do meio ambiente causada pela Aracruz Celulose, principalmente o mau cheiro, certamente levará os proprietários a buscarem outros balneários. A área de reserva da Ilha de Camboios, apesar da proximidade da fábrica de celulose, poderia vir a ser um ponto turístico importante com a devida ampliação e aperfeiçoamento do trabalho ali já realizado, como por exemplo melhor esclarecimento do turista sobre os costumes e características das tartarugas que ali desovam periodicamente. Em todas as vilas da região se faz notar nitidamente o monopólio da Aracruz Celulose e da Aracruz Florestal no mercado de trabalho. As vilas não suportam o grande aumento populacional que teve início com a construção da fábrica. Em 1970 a população de Vila do Riacho e de Barra do Riacho era 3 vezes menor que a atual. Sua infra-estrutura, apesar do alto índice

populacional, ao todo 7000 habitantes, se encontra muito mal desenvolvida.

Também em Coqueiral (Santa Cruz Urbanizadora S.A.) com seu planejamento e construção exemplares, com suas instituições sociais, encontramos, como em todas as outras vilas, mercado de trabalho e de consumo restritos.

Para compras específicas e variadas o consumidor se vê obrigado a viajar para Aracruz ou Vitória. Aqui se faz necessária a ampliação do mercado de trabalho a fim de melhorar o atendimento social e econômico da população.

Região norte

(Municípios de Ecoporanga e Mucurici).

Esta região, no nordeste do Espírito Santo, foi colonizada muito mais tarde, tendo como característica principal as grandes propriedades rurais e as já históricas desavenças entre os fazendeiros e os pequenos colonos. A região foi totalmente desmatada em apenas 35 anos. As vilas são pequenas, marcadas pela enorme migração populacional dos anos sessenta, com grande número de casas abandonadas e o mercado de trabalho caracterizado pelo vaqueiro. Outra atividade rural não existe. A maioria dos estabelecimentos comerciais e das microempresas se encontram fechadas. Ponto Belo, em contraposição, a pouco quilômetros de Mucurici, apresenta grande desenvolvimento. Nos últimos anos chegou a ultrapassar o número de habitantes da sede do município, tendo hoje, cerca de 3.000 habitantes, quase o triplo do número de habitantes de Mucurici. Este fato se deve principalmente à existência de um mercado de trabalho proveniente de empresas de beneficiamento rural (diversas fábricas de mandioca). A cidade se apresenta bem mais desenvolvida e próspera que a sede. Através da já iniciada mudança do monopólio pecuário para o cultivo de café e feijão, o mercado de trabalho tende a aumentar também sob o aspecto rural. Aqui seria interessante incentivar a instalação de mais empresas de beneficiamento rural. Na região oeste do município o centro econômico é representado por Ecoporanga. Esta cidade vem

desempenhando esta função de centro social e econômico, oferecendo grande variedade de comércio e de serviços. O início dos trabalhos na ampliação e melhoramento da estrada entre Ecoporanga e Mucurici levará a maior desenvolvimento às vilas ali existentes.

CONCLUSÃO

A sugestão da meta a ser traçada para um maior desenvolvimento da região capixaba consiste, pois, em transferir uma parte do potencial de desenvolvimento da Grande Vitória para o desenvolvimento de pequenos centros já existentes, transformando-os em centros adjacentes diversificados.

A estrutura deste centros deverá ser multifuncional. O atual monopólio econômico encontrado em muitas cidades e vilas deverá ser reduzido, dando margem à criação de um mercado de trabalho estável, melhorando desta forma as condições de vida na região periférica.

Sómente através de uma estratégia, como a acima descrita, será possível alcançar de fato uma amenização dos problemas da zona metropolitana. Cabe ao órgão de planejamento, com ajuda de um processo de análise discriminatória selecionar parcelas com potencial, e para estas regiões então desenvolver estratégias de desenvolvimento.

O objetivo a ser alcançado é a descentralização econômica, redistribuindo as atividades econômicas entre diversos centros

espalhados por todo o Estado, melhorando assim as condições sociais, políticas e habitacionais para grande parte da população no Espírito Santo. Deste processo de desenvolvimento não só o Estado, mas também a economia, tirariam proveito e os problemas da região metropolitana diminuiriam sensivelmente.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B.K., 1973. O norte do Espírito Santo. Região periférica em transformação. *Revista Brasileira de Geografia*, no. 3, p. 107-132
- DAVIDOVICH, F., 1977. Indústria. In: *Geografia do Brasil, Região Sudeste*. IBGE.
- DAVIDOVICH, F., 1986. Trends in urbanization in Brazil: a geographical interpretation. In: BOURNE, L.S., CORI, B. and DZIEWONSKI, K. (ed.). *Progress in settlement systems. Geography*. Milano, p. 443-468.
- HENNINGS, G., JENSSEN, B. and KUNZMANN, K., 1980. Dezentralisierung von Metropolen in Entwicklungsländern. *Raumforschung und Raumordnung*, 12-26.
- KILL, M.A., 1974. *A Geografia e História do Espírito Santo*. Vitória.
- MORAES, C., 1974. *Geografia do Espírito Santo*. Vitória.
- WADEHN, M., 1980. Stadt- und Regionalentwicklung in Brasilien. *Raumforschung und Raumordnung*, 32-40.